



Estado do Maranhão  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CHAPADINHA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA**

**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO N°.....: DL N° 011/2019**

**INTERESSADO.....: Câmara Municipal**

**ASSUNTO.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE SISTEMA INTERNO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA DE INTERESSE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA**

**EMENTA.....: Constitucional. Administrativo. Licitação. Contratação Direta.**

Vem ao exame desta Consultoria Jurídica, o presente processo administrativo, que trata de contratação do fornecedor M A DOS REIS E CIA LTDA - ME visando atender as necessidades da(o) CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA, conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2019 Atividade 0101.010310001.2.002 Manutenção de Serviços Administrativos da Câmara, Classificação econômica 3.3.90.39.00 Outros serv. de terc. pessoa jurídica.

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.

**PRAÇA CEL LUIS VIEIRA**

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA  
NÚMERO DO PROCESSO 031/2019  
PÁGINA Nº 35  
*[Assinatura]*



Estado do Maranhão  
**GOVERNO MUNICIPAL DE CHAPADINHA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA**

Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.

Não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, assim como a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta.

É o parecer, sub censura.

CHAPADINHA - MA, 16 de Dezembro de 2019

*Câmara Municipal de Chapadinho-MA*

Pablo H. Sampaio Portela  
Advogado  
OAB/MA 11886

Assessoria Jurídica

PRAÇA CEL LUIS VIEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPADINHA  
NÚMERO DO PROCESSO 011/2019  
PÁGINA Nº 36  
2019